

Educação a distância na perspectiva do modelo de comunidade de inquirição (Col)

Education from the perspective of the model of inquiry community (Col)

Educación a distancia en la perspectiva del modelo de comunidad de investigación (Col)

Claudia Regina Castellano Losso¹

Martha Kaschny Borges²

Resumo: A Educação a Distância tem sido utilizada como modalidade pedagógica nos cursos ofertados pelas escolas de governo voltados aos servidores públicos, reduzindo custos e atingindo um maior número de pessoas. Este artigo pretende apresentar os princípios do modelo de Comunidades de Inquirição (Col) voltados para análise de cursos de formação no âmbito das Escolas de Governo brasileiras e está inserido em uma pesquisa em nível de doutorado. Tal pesquisa busca compreender como as escolas de governo utilizam a EaD nos processos formativos e se fundamenta no modelo de análise elaborado pelos autores Garrison, Anderson e Archer (2000) denominado de Comunidade de Inquirição. Este modelo analisa três dimensões de uma formação a distância: a presença social, a presença cognitiva e a presença de ensino, o que permite uma análise complexa e que contempla diversas dimensões das formações em EaD.

Palavras-chave: *Educação a Distância, Comunidade de Inquirição; Escola de Governo; Servidor Público.*

Abstract: *Distance Education has been used as a pedagogical modality in the courses offered by government schools aimed at public servants reducing costs and reaching a greater number of people. This article intends to present the principles of the Model of Inquiry Communities (Col) focused on the analysis of training courses within the scope of the Brazilian Government Schools and is inserted in a doctoral level research, in progress. This research tries to understand how the Brazilian schools of government use the Distance Education in the formative processes and is based on the analysis model elaborated by the authors Garrison, Anderson and Archer (2000) denominated Community of Inquiry. This model analyzes three dimensions of a distance formation: social presence, cognitive presence and the presence of teaching, which allows a complex analysis and that contemplates several dimensions of the formations in Distance Education.*

Keywords: *Distance Education; Communities of Inquiry; Government School; Public Workers.*

Resumen: *La Educación a Distancia ha sido utilizada como modalidad pedagógica en los cursos ofrecidos por las escuelas de gobierno dirigidos a los funcionarios públicos reduciendo costos y alcanzando un mayor número de personas. Este artículo pretende presentar los principios del modelo de Comunidades de Investigación (Col) para el análisis de cursos de formación en el ámbito de las Escuelas de Gobierno brasileñas y está inserto en una investigación a nivel de doctorado en curso. Esta investigación busca comprender cómo las escuelas de gobierno utilizan la EaD en los procesos formativos y se fundamenta en el modelo de análisis elaborado por los autores Garrison, Anderson y Archer (2000) denominado de Comunidad de Investigaciones. Este modelo analiza tres dimensiones de una formación a distancia: la presencia social, la presencia cognitiva y la presencia de enseñanza, lo que permite un análisis complejo y que contempla diversas dimensiones de las formaciones en EaD.*

Palabras-clave: *Educación a distancia, Comunidad de Investigación; Escuela de Gobierno;; Empleado estatal.*

1 Mestre em Educação na UDESC (2013), Diretora Técnico-Científica da Fundação Escola de Governo ENABrasil (Santa Catarina).

2 Doutora em Educação, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UDESC) e de Pós-Graduação em Administração (ESAG/UDESC) da Universidade Estado de Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

A sociedade vem sofrendo mudanças significativas nos mais diferentes setores. Vivenciamos transformações sociais, econômicas, tecnológicas, ambientais, culturais nas quais o acesso e a apropriação do conhecimento têm se mostrado como fator relevante para a atuação profissional. O conhecimento e suas formas de acesso, de apropriação, de armazenamento têm se complexificado. Não há mais espaço para a estagnação, em nenhuma área. Velhos paradigmas são quebrados e dão lugar a novos, sempre em construção. Saímos de uma sociedade da informação para uma sociedade do conhecimento, que flui com a rapidez dos avanços das tecnologias digitais de informação e comunicação (BORGES, 2007, p. 74).

Nesse contexto, ao se prepararem para essa nova realidade, as organizações incorporam a economia do conhecimento às suas práticas, fundamental ao sucesso das instituições. O capital humano tem um novo papel, mais valorizado, e com o foco no desenvolvimento e formação de competências (DRUCKER, 1999).

Pela educação, é possível preparar pessoas para que tenham capacidade de elaborar e resignificar conceitos, cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Pela educação, as organizações terão pessoas melhor capacitadas e, conseqüentemente, mais fadadas ao sucesso. A qualificação do profissional nessas instituições, atualmente é fator estratégico, um diferencial.

Nas instituições públicas o capital intelectual tem sido foco de atenção, uma preocupação que levou à criação de escolas próprias para formação e capacitação de servidores públicos, por meio de desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, visando tanto o crescimento individual quanto a melhoria de processos internos.

Segundo o INEP³, as Escolas de Governo (EG) são “instituições públicas criadas com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de agentes

públicos, visando ao fortalecimento e a ampliação da capacidade de execução do Estado, tendo em vista a formulação, a implantação, a execução e a avaliação das políticas públicas.” O artigo 39º da Constituição Federal do Brasil, em seu parágrafo § 2º, determina que a União, os Estados e o Distrito Federal mantenham escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos. Dessa forma, muitas instituições pelo país oferecem capacitação aos servidores públicos para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes em prol da eficiência e eficácia do serviço público.

As escolas de governo oferecem aos servidores, cursos presenciais e à distância, voltados tanto para a prática profissional, um conhecimento mais empírico, quanto para a formação teórica e acadêmica, visando atender aos objetivos de sua função ao qualificar-se.

Muitos servidores, de forma individualizada ou coletiva, procuram estas formações, com o objetivo de melhorar a sua prática, mas também ascender na carreira pública. Outras vezes, estes sujeitos buscam capacitações mais práticas e instrumentais para mitigar as lacunas de conhecimento frente às dificuldades encontradas em serviço, como por exemplo, o uso técnico das tecnologias, o uso de equipamentos, novos procedimentos, etc. O número de instituições privadas que buscam atender esse público é significativo, pois estas identificaram um nicho de mercado na educação corporativa governamental, que cresce tanto quanto a capacitação de funcionários de empresas privadas.

Na Administração Pública, por ser uma área peculiar, porém muito ampla, o conhecimento precisa sempre ser renovado como em qualquer outro campo, mas como referem Ferrarezi e Tomacheski (2010), implica em instrumentos pedagógicos mais adequados ao ensino aplicado e profissional, pois trata, na maioria dos casos, da formação em serviço, voltado à resolução de problemas práticos. Para os autores, o conhecimento tácito deve

3 <http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/escolas-de-governo>

ser reconhecido como fator importante nas escolhas das metodologias de ensino-aprendizagem, e devem ser próximas da realidade da atuação dos servidores. Contudo, é na Escola de Governo que o servidor público pode buscar a formação necessária para sua atuação como agente público, de forma integrada com sua carreira profissional.

Ainda que se tenham muitas instituições governamentais, mais precisamente 105 EG no âmbito estadual⁴ há pouca produção acadêmica nessa área. O que se conhece das formações e capacitações das EG, muitas vezes está em relatórios gerenciais realizados ao final de cada ano, como prestação de contas à comunidade, aos órgãos de fiscalização e às instituições às quais são vinculadas. As poucas publicações acadêmicas a respeito das escolas de governo apontam que muitas escolas, ao tratarem do uso de tecnologias digitais nos processos formativos, têm oferecido formação na modalidade de Educação a Distância (EaD), e buscam atender o maior número possível de alunos/servidores como meta, a fim de proporcionar indicadores positivos de sua gestão. Cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu também fazem parte desse universo das EG e, alguns cursos de especialização também são oferecidos na modalidade a distância.

Os trabalhos acadêmicos disponíveis sobre a formação de servidores públicos, pouco, ou quase nada abordam sobre a qualidade dos processos formativos em sua essência, as concepções que embasam o trabalho pedagógico, as relações desse trabalho com o campo da educação e quais concepções acerca das tecnologias se apresentam como pano de fundo. O que existe disponível, em alguns casos, apresenta dados e informações estatísticas, levantamentos censitários, sem um aprofundamento acadêmico sistematizado.

Há um universo a ser explorado nesse campo ainda estéril, porém rico em informações. Portanto, percebe-se a necessidade de uma consolidação das experiências e iniciativas na

utilização da educação a distância, já que os resultados ficam restritos a documentos gerenciais e administrativos, que mesmo sendo avaliados para melhoria contínua e tomada de decisão pelas EG, não são tratados do ponto de vista acadêmico e pouco difundidos.

Neste sentido, a proposta de pesquisa em andamento, se propõe a investigar se as Escolas de Governo, responsáveis pela formação dos servidores públicos desenvolvem projetos de formação efetivamente relevantes e qualificados. Para isto, o quadro teórico e metodológico se fundamenta no modelo de Comunidade de Inquirição, Col, desenvolvido por pesquisadores canadenses. Este modelo tem sido aplicado em pesquisas em Portugal, Estados Unidos, Coreia do Sul, Inglaterra. No Brasil, ainda são incipientes (MARQUES JUNIOR, 2015).

Assim, o artigo em tela tem como objetivo apresentar os principais conceitos que compõem o framework da Comunidade de Inquirição.

2 CONCEITOS E SISTEMAS EM EAD – BASES TEÓRICAS

As formas de ensinar e aprender tiveram que se adaptar às constantes mudanças tecnológicas e com isso utilizar os recursos tecnológicos em seus processos. A educação à distância EaD ou E-learning, é o nome dessa transformação que utiliza as tecnologias digitais, especialmente os ambientes virtuais de aprendizagem para a formação e capacitação dos sujeitos. Basicamente é o uso de ferramentas eletrônicas e de tecnologia de suporte à aprendizagem e ao ensino.

Muitas são as definições para a modalidade da Educação a Distância que cresceu de forma vertiginosa desde os anos 80 com a Internet, desde a educação por correspondência até hoje. A EaD encontra suporte em diversos tipos de mídias, passando por diversas gerações e acompanhando a evolução das tecnologias.

⁴ Disponível no site <http://www.enap.gov.br> (dado de 2018).

Para Ricardo (2006), Educação a Distância é o termo usado no Brasil para designar modos de formação ou de aprendizagem diferentes do modelo presencial clássico e cuja mediação estudante-professor-conteúdo é feita por alguma tecnologia.

Com a facilidade de acesso ao conhecimento na era da Internet, Mill et al (2010, p.16) definem a educação a distância como uma modalidade de educação alternativa e complementar para a formação do cidadão e tem se mostrado bastante rica em potenciais pedagógicos e de democratização do conhecimento.

Podemos caracterizar essa modalidade pela separação física (espaço-temporal) entre aluno e professor, bem como pela intensificação do uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) como mediadoras da relação ensino-aprendizagem.

Belloni (2012) estuda este tema desde os anos 1980 e elencou uma série de conceitos para a EaD que sempre partem da perspectiva da ausência de sala de aula física. Belloni lembra que, nos anos 1970, os alemães Borje Holmberg, K. H. Rebel, Delling Grall, G. Dohmen e Otto Peters, já traziam conceitos de EaD pautados numa sociedade industrial, capitalista, altamente conectada à administração e burocracia, onde o foco era a transmissão de conhecimentos fundamentada em princípios organizacionais da divisão do trabalho, com o uso intensivo de meios técnicos para reprodução de material de ensino de alta qualidade para atingir um maior número de estudantes, num modelo de produção industrial taylorista/fordista.

Essa visão tem mudado muito na era da sociedade do conhecimento, e a partir dos estudos de Michael Moore e de Greg Kearsley sobre EaD desde os anos 1970, a discussão e reflexão sobre esse tema tem se ampliado consideravelmente e consolidou uma área em constante debate (MOORE, KEARSLEY, 2007).

A interação e a colaboração são consideradas pontos fundamentais para a aprendizagem online ou a distância e autores que discorrem sobre o assunto têm a mesma certeza. O professor continua com seu papel central nessa

modalidade de ensino, desafiando os mais resistentes ao uso das tecnologias na educação. Cria-se a figura do tutor e do monitor para auxiliar no trabalho em EaD e inesgotam-se as preocupações com as formas de ensino e aprendizagem: novas metodologias de trabalho pedagógico surgem; formas de avaliação são adequadas ao plano virtual; conteúdos são desenhados detalhadamente na lógica digital. Outros fatos e preocupações surgem com a EaD, como a evasão dos cursos e nível de fluência digital dos alunos, além do perfil necessário de estudante que deve ser mais autônomo e disciplinado com os estudos, mas nenhum desses fatores interrompem o crescimento da EaD no Brasil e no mundo.

A necessidade de formatação de cursos de capacitação, de formação ou aperfeiçoamento nas organizações, tem dois grandes objetivos finais: tornar as empresas ou organizações mais competitivas no mercado, e melhorar os processos, finalísticos ou estratégicos para se tornarem mais eficientes, por meio de ofertas educativas aos seus funcionários ou colaboradores. Nas instituições públicas a melhora na eficiência e eficácia dos serviços pode ser considerada como um termo comparável ao da competitividade. Nessa busca, a EaD tem sido apropriada como uma alternativa de ensino pelas instituições públicas, e cada vez mais presente no ambiente corporativo.

Essa modalidade de ensino é vista como uma excelente oportunidade de disseminação do conhecimento, possibilitando a capacitação do corpo funcional em grande escala pela não limitação geográfica, e fácil acesso aos conteúdos.

2.1 A EDUCAÇÃO CORPORATIVA E AS ESCOLAS DE GOVERNO

Como uma instituição pública, as Escolas de Governo no Brasil seguem um direcionamento político pedagógico similar entre elas, com maior ou menor grau de autonomia, mas seguem a lógica da formação de um profissional que já possui uma carreira e uma trajetória de vida pessoal consolidada em constante evolução.

Para estes servidores, nem sempre a ascensão profissional está atrelada a um maior nível de escolaridade, mas a formação e a capacitação, tanto para a melhoria de seu trabalho ou para seu crescimento pessoal podem agregar um valor à suas atividades e ao seu desempenho. Em alguns setores governamentais a progressão funcional se deve também pela participação efetiva em cursos de capacitação.

Assim, não obstante a instituição a qual pertençam possa oferecer capacitação, muitos servidores e funcionários públicos procuram na iniciativa privada ou em universidades a complementação de estudo que necessitam, seja ela para fins de melhoria financeira ou não. Com a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional em 2006, as EG passam a ser priorizadas como instâncias de ensino no serviço público.

2.2 COMPOSIÇÃO DA REDE DE ESCOLAS

No Brasil, a Escola Nacional da Administração Pública – ENAP coordena, na esfera Federal, a organização da Rede Nacional de Escolas de Governo, onde entram no cômputo pelo menos 260 instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, presentes nas esferas federal, estadual e municipal. Para Helena Kerr do Amaral (2006), a adesão à Rede Nacional de Escolas de Governo é voluntária e as conexões estabelecidas visam potencializar a riqueza da diversidade, pois são instituições de várias regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) e de diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal). A ENAP ainda organiza anualmente o Encontro da Rede de Escolas para o compartilhamento de experiências e troca de informações, momento importante para o conhecimento das práticas de cada escola, suas dificuldades e conquistas. Os compromissos da Rede foram firmados em 2003, no primeiro encontro:

Cabe às instituições formadoras implementar ações que contribuam para a consolidação de servidores dispostos a enfrentar desafios e a resolver problemas

públicos; atentos às realidades locais, nacionais e ao contexto mundial; com disposição para cooperar e trabalhar em equipes, em estruturas novas, menos hierarquizadas, em rede e similares; que se orientem para resultados; com mentalidade de aprendizagem permanente, pensando e agindo estrategicamente; que construam novos padrões e modos de trabalhar (ENAP, 2013. p. 2)

A ENAP até o ano de 2014 mantinha o Sistema Mapa de Ofertas de Capacitação (MAPA), um sistema de monitoramento online das ofertas de cursos das instituições da rede, que também informava sobre as capacitações realizadas até a infraestrutura física. Com o MAPA desativado, as escolas de governo trabalham de forma desarticulada, provocando às instituições a busca por alternativas de um trabalho em rede, como países da Europa já executam e por meio de convênios buscam a legalidade das parcerias.

Apesar de uma política pública de capacitação do servidor estar prevista na Constituição Federal, a força das EG em cada estado brasileiro depende muito da vontade política vigente, o que determina sua forma de atuação, direção e estratégia. Mesmo com essa fragilidade, o trabalho das EG se mostra essencial para preparar o servidor público em sua área de atuação de forma mais profissional, efetiva e eficaz, melhorando a qualidade da administração pública que tem por finalidade o atendimento ao cidadão. Nesse contexto, a EaD vem crescendo nessas instituições, de forma acelerada e singular, atendendo demandas institucionais emergentes e necessárias para o desenvolvimento das competências dos servidores públicos.

3 METODOLOGIA

O artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, que de acordo com as regras metodológicas se caracteriza como pesquisa aplicada quanto à sua natureza, pois seu interesse é prático e deseja-se que os resultados sejam utilizados na solução de problemas que ocorrem na realidade (MARCONI; LAKA-

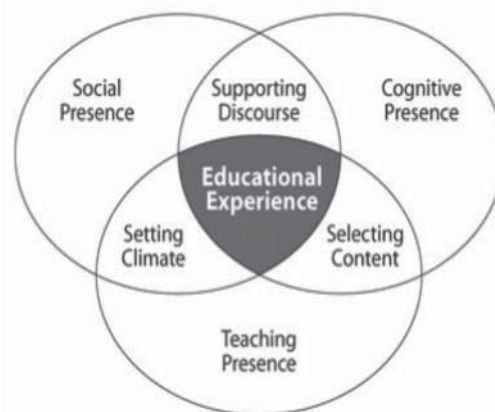
TOS, 2008). Também é exploratória, como finalidade, pois procura aprimorar ideias e ampliar o entendimento do problema (GIL, 2002).

Portanto o artigo teve um processo que pode ser qualificado como uma pesquisa bibliográfica e documental, no qual se levantou dados sobre a educação corporativa governamental e também fez uma revisão sobre o modelo da Comunidade de Inquirição- Col, o qual foi escolhido pela relevância como uma proposta consolidada de avaliação de ambientes virtuais no Canadá em muitos países da Europa, mas pouco utilizada de forma sistematizada no Brasil.

4 COMUNIDADE DE INQUIRIÇÃO (Col) – UM FRAMEWORK PARA A ANÁLISE DA EaD

O modelo teórico de aprendizagem online desenvolvido por Randy Garrison, Terry Anderson & Walter Archer em 2000, conhecido como Col, envolve três elementos interdependentes de análise: a presença cognitiva, a presença social e a presença de ensino. Representa um profundo processo de criação e significação de experiência de aprendizado baseado no desenvolvimento dessa relação e de seus elementos.

Figura 1- Modelo de Comunidade de Inquirição



Fonte: Garrison et. al (2000, p. 158).

4.1 AS PRESENCAS DE ENSINO, SOCIAL E COGNITIVA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

As formas de aprender têm sido foco de muitos estudos após o advento do computador na educação. As tecnologias de informação e de comunicação – TIC modificaram as formas de ensinar e de aprender e, a Internet provocou transformações na educação que ensejam sempre mais pesquisas. A aprendizagem mediada por computadores de forma colaborativa (Computer Supported Collaborative Learning – CSCL) vem ganhando espaço nas escolas e se tornou alvo de estudos.

A Comunidade de Inquirição – Col surge nesse contexto acadêmico a partir de uma pesquisa desenvolvida no período compreendido entre 1997 e 2001, denominada “Um estudo das características e comunicação online baseada em textos para fins educacionais”. Os pesquisadores Garrison, Anderson & Archer criaram uma teoria com metodologias e instrumentos próprios, denominada **Comunidade de Inquirição**⁵ - “Col”. Esta teoria analisa a experiência educacional por meio da interconexão e da inter-relação de três dimensões elementares e complementares: a Presença

5 Pode ser entendida como comunidade de investigação, de pesquisa ou de estudo.

Social, a Presença Cognitiva e a Presença de Ensino. O framework⁶ Col, desenvolvido por estes pesquisadores canadenses, surgiu a partir de estudos sobre a comunicação mediada por computador, computer-mediated communication (CMC) no ensino superior. Este modelo tem sua base filosófica na obra de John Dewey (1979) uma vez que se fundamenta em uma abordagem construtivista para a aprendizagem no ensino superior.

O Col tem seu foco de análise tanto no papel do professor, como no dos alunos, e também no papel dos conteúdos, procurando entender as ações decorrentes dessas relações. Essa abordagem educacional ganhou legitimidade como uma teoria em educação a distância e se tornou um modelo de análise composto por estas três dimensões ou elementos: o social, o cognitivo e o relacionado ao ensino. Estes estão presentes em maior ou menor grau em uma formação na modalidade EaD, e vale ressaltar que estes três elementos são fundamentais para a aprendizagem. A seguir, apresentaremos cada uma destas dimensões de análise.

4.1.1 PRESENÇA SOCIAL

Segundo a definição elaborada por Garrison, a Presença Social consiste na capacidade dos participantes se identificarem com um grupo ou curso de estudo, de se comunicarem com propósito e intencionalidade em um ambiente de confiança. Este tipo de dimensão analisa se os participantes conseguem desenvolver relacionamentos pessoais ou afetivos concomitantemente com as projeções individuais de suas personalidades.

A Presença Social na aprendizagem online relaciona-se com a capacidade que os alunos possuem de se fazerem presente como “pessoais reais” no ambiente em que a comunicação está sendo mediada, como afirmam os autores:

O propósito da presença social num contexto educacional é criar as condições

para a investigação e para a interação de qualidade (discussões reflexivas e com um fio condutor) para alcançar gratificantes objetivos educacionais colaborativamente (GARRISON; et al., 2000, p. 159, tradução nossa).

Assim sendo, se faz necessário o desenvolvimento de atividades e trabalhos colaborativos para ampliar a Presença Social e estimular o desenvolvimento de sentimento de comunidade, tornando possível que os alunos se beneficiem das perspectivas dos outros participantes.

Segundo Garrison et al. (2000), é a partir da Presença Social que se promove o aumento da sociabilidade, de modo que a interação entre os alunos se apresenta como um condicionante para o desenvolvimento da Presença Cognitiva.

Para que os grupos se tornem produtivos, eles precisam de objetivos claros e de tempo definido para a realização das atividades. Portanto, o professor deverá estar preparado para fornecer direção e facilitação por meio de informações pertinentes e cruciais para tornar possível o desenvolvimento da conversação e da coesão do grupo para o alcance dos objetivos propostos (GARRISON et al., 2000).

Os autores reforçam que a Coesão do Grupo é um fator determinante para que as interações ocorridas durante as discussões alcancem a qualidade esperada. A coesão na Presença Social requer foco intelectual e respeito entre os participantes. Consequentemente, a Coesão do Grupo está associada aos resultados desejados e com a satisfação dos alunos em relação ao processo de aprendizagem.

O tema da Presença Social em ambientes virtuais vem sendo estudado desde os anos 90 com mais ênfase. Resumidamente podemos afirmar que as fases das pesquisas sobre Presença Social dividem-se em três, conforme tabela abaixo:

⁶ Framework pode ser entendido como um conjunto de conceitos relacionados, que explicam um determinado fenômeno. Em português pode ser traduzido como “quadro teórico”.

Tabela 1 – Fases das pesquisas sobre Presença Social

Pesquisas sobre Presença Social			
Fase	Período	Principais autores	Foco da pesquisa
1	Anos 70	Short et al.	Telecomunicações
2	Anos 80 e começo dos anos 90	Rutter e Walther	CMC
3	Meio dos anos 90 até o presente	Gunawardena, Rourke et al., Tu, Swan	Aprendizagem online

Fonte: Adaptado de Lowenthal (2009).

As pesquisas tendem a mostrar o grau de satisfação dos alunos em ambientes virtuais para educação; a relação entre o sucesso da aprendizagem e a percepção dos estudantes acerca da presencialidade; o sentimento de pertencimento nas comunidades de aprendizagem on-line quando participam de atividades colaborativas, entre outros. É o tema mais estudado dos três elementos (LOSSO, 2017).

O conceito de Presença Social é um constructo importante, pois se refere à compreensão de como as pessoas interagem socialmente em ambientes de aprendizagem mediada por um meio tecnológico.

Partindo dessa premissa, os pesquisadores canadenses avançam nos estudos e ampliam o conceito de Presença Social para: “como a habilidade dos participantes da comunidade de inquirição de projetarem-se socialmente e emocionalmente como uma pessoa real, (como por exemplo, sua própria personalidade) por um meio de comunicação utilizado” (GARRISON, 2009, p. 94, tradução nossa).

4.1.2 PRESENÇA DE ENSINO

Haja vista a necessidade das interações sociais nos ambientes virtuais de aprendizagem e o aprofundamento adequado dos conteúdos abordados, faz-se necessária a Presença de Ensino para que a aprendizagem ocorra efetivamente.

Os autores descrevem a Presença de Ensino “como sendo a concepção, facilitação e

direcionamento de processos cognitivos e sociais, com o objetivo de alcançar resultados de aprendizagem com significado pessoal e com valor educacional” (GARRISON, ARBAUGH, 2007, p. 163, tradução nossa).

Conforme Garrison e Arbaugh (2007), as três categorias que compõem a Presença de Ensino são: Desenho e Organização; Facilitação do Discurso (originalmente chamada de “construção da compreensão”) e Instrução Direta ou Ensino Direto. Também são fatores que afetam diretamente a aprendizagem: o sentimento de comunidade desenvolvido e a satisfação dos estudantes.

Assim, o planejamento da estrutura do curso, o desenvolvimento adequado dos processos de ensino a serem utilizados e a criação das atividades que deverão ser desenvolvidas pelos alunos, são aspectos que precisam ser considerados pelos docentes. A facilitação do discurso ocorre a partir do contato frequente entre alunos e professores e a cooperação mútua visa o desenvolvimento das capacidades do grupo na tomada de decisões em nível individual e coletivo. A reciprocidade entre os envolvidos é um importante aspecto para a eficácia do ensino online (GARRISON, et al., 2000).

A liderança formadora, ou seja, o professor que é responsável pelo ensino não assume o mero papel de facilitador do discurso, ele também deve fornecer fontes de informação, direcionar as discussões úteis e diagnosticar comentários errôneos a fim de se promover uma

compreensão exata do contexto em análise. Garrison e Arbaugh (2007, p.163, tradução nossa), reforçam que “as responsabilidades do formador são facilitar a reflexão e o discurso, através da apresentação de conteúdo, usando vários meios de avaliação e de retorno. É crucial um retorno explanatório”.

Logo, “a facilitação apoia o diálogo com o mínimo de moldagem da discussão. Discurso, por outro lado, é investigação disciplinada que requer um professor experiente, que tem de gerir o avanço da discussão de um modo colaborativo-constructivo (ou seja, direção)” (GARRISON, ARBAUGH, 2007, p.165, tradução nossa).

Neste sentido, na Presença de Ensino o trabalho a ser desenvolvido é anterior ao curso e requer um planejamento detalhado sobre os objetivos desejados. O desenho instrucional é importante nesse momento e o professor é fundamental no processo de concepção e planejamento do curso. Também posteriormente seu papel é importante, pois ele é o responsável por fornecer instruções diretas, sempre que solicitadas pelos estudantes, tornando-se um facilitador da aprendizagem.

O planejamento da estrutura do curso, o desenvolvimento adequado dos processos de ensino a serem utilizados e a criação das atividades que deverão ser desenvolvidas pelos alunos, são aspectos que precisam ser considerados pelos docentes. Segundo Garrison e Arbaugh (2007, p.163), estas atividades “são particularmente importantes porque descobriu-se que uma estrutura do curso clara e consistente que apoie formadores empenhados e discussões dinâmicas é o indicador mais consistente do sucesso dos cursos online”(tradução nossa).

4.1.3 PRESENÇA COGNITIVA

As interações decorrentes da Presença Social e da Presença de Ensino não são suficientes para garantir uma aprendizagem efetiva num ambiente virtual. Segundo Garrison e Arbaugh (2007), a partir da Presença Social e da Presença de Ensino é possível promover o aumento da sociabilidade e a interação torna-se um fator determinante para o desenvolvim-

ento da Presença Cognitiva.

Como parte do tripé essencial do Col para ocorrer a aprendizagem, a Presença Cognitiva é elemento fundamental para o sucesso no ensino superior. É entendida como a capacidade dos estudantes construírem conhecimentos significativos por meio da reflexão crítica e da comunicação entre os participantes da comunidade num discurso sustentado. A Presença Cognitiva refere-se ao desenvolvimento efetivo da inquirição no ambiente de aprendizagem baseado na exploração, integração e aplicação/resolução de forma prática e deliberada de problemas ou questões pertinentes (GARRISON, ARBAUGH, 2007).

Assim, a prática da Presença Cognitiva inicia-se na identificação do problema para, posteriormente, explorá-lo por meio do discurso e de forma crítica, tanto individualmente quando coletivamente. Assim, os alunos tornam-se capazes de criar significados sobre os assuntos discutidos de forma a viabilizar a aplicação do conhecimento adquirido, por meio da resolução de problemas ou questões nos cenários apresentados.

Para que os grupos se tornem produtivos precisam de objetivos claros e de tempo definido para a realização das atividades. Portanto, o professor deverá estar preparado para fornecer direção e facilitação por meio de informações pertinentes e cruciais para tornar possível o desenvolvimento da conversação e da coesão do grupo para o alcance dos objetivos propostos (GARRISON, 2017).

John Dewey foi o maior influenciador na construção desse elemento e do Framework Col, baseando-se na construção da inquirição prática e do pensamento crítico que aqui é visto como um processo holístico e multifacetado associado a um evento disparador, seguido por deliberação, percepção, concepção e ação.

Para Garrison et al. (2000), a Presença Cognitiva os termos de um modelo prático de inquirição se constitui em um processo de quatro fases: (1) um evento desencadeador, onde alguma questão ou problema é identificado para posterior inquirição; (2) exploração de uma questão, tanto individual como coletivamente, por meio da reflexão

crítica e do discurso; (3) integração, os alunos constroem significados a partir das ideias desenvolvidas durante a exploração, com um reforço da presença de ensino para o diagnóstico das ideias e o desenvolvimento

de ideias mais complexas e (4) a resolução, onde os alunos aplicam os conhecimentos recém adquiridos.

A figura a seguir ilustra estas quatro fases da Presença Cognitiva:

Figura 2- Modelo de Investigação em grupo



Fonte: Garisson et, Arbaugh (2007, p. 161).

Os três elementos do Col estão intrinsecamente ligados e são legitimados quando se verifica que “o pensamento crítico dos estudantes está fortemente dependente da Presença Social e da Presença de Ensino; enquanto que a Presença Social é a base para o discurso, é a

Presença de Ensino que cria o ambiente onde a presença cognitiva se vai desenvolver.” (CABRAL, AMANTE, 2010, p. 740)

Sintetizando o conjunto dos elementos e suas categorias e indicadores temos a seguinte tabela:

Tabela 2 – Elementos e categorias Col

Elementos	Categorias	Indicadores (somente exemplos)
Presença Social	Comunicação Aberta Coesão do Grupo Expressão afetiva Evento desencadeador	Expressão livre Encoraja a colaboração <i>Emoticons</i> Sentimento de perplexidade
Presença Cognitiva	Exploração Integração Resolução	Partilha de informação Conectando ideias Aplicação de novas ideias
Presença de ensino	Desenho e Organização Facilitação do discurso Ensino direto	Definindo currículo e métodos Partilhando Significado pessoal Focando a discussão

Fonte: Adaptado de Garisson et al (2000).

Os instrumentos criados para a verificação das Presenças Cognitiva, Social e de Ensino em cursos na modalidade a distância é composto de questionário de respostas fechadas, com afirmações nas quais os participantes têm que indicar o seu grau de concordância de acordo com uma escala tipo Likert com 5 pontos, onde o 1 significa “discordo totalmente” e o 5 “concordo totalmente”.

O instrumento é composto por 34 itens que analisam as dimensões e sub-dimensões do Col Framework:

- a) Presença de Ensino (13 itens): Design curricular e organização (4 itens); Discurso facilitador (4 itens); Instrução direta (5 itens)
- b) Presença Social (9 itens): Comunicação aberta (3 itens); Coesão de grupo (3 itens); Expressão afetiva (3 itens)
- c) Presença Cognitiva (12 itens): Evento desencadeador (3 itens); Exploração (3 itens); Integração (3 itens); Resolução (3 itens)

Apesar de não ter sido feita a validação para a língua portuguesa, pesquisas realizadas em Portugal (CABRAL, AMANTE, 2010) comprovaram sua eficácia, confirmada por meio de análise fatorial, demonstrando que os diferentes itens que foram traduzidos mantinham a estrutura definida no instrumento original.

Conforme o exposto, entende-se que o modelo da Comunidade de Inquirição (Community of Inquiry - Col) desenvolvido por Garrison, Anderson e Archer (2000), fornece subsídios e metodologias para o estudo da educação a distância, avaliando a experiência educacional por meio de três elementos – a presença social; a presença cognitiva; e a presença de ensino. Assim, pretendeu-se nesse trabalho acadêmico verificar como a Educação a Distância é incorporada as práticas pedagógicas das escolas de governo no contexto da formação e capacitação do servidor público.

5 CONSIDERAÇÕES

A premissa filosófica da Comunidade de Inquirição - Col é de uma abordagem construtivista para o desenvolvimento da apren-

dizagem online (GARRISON, ARBAUGH, 2007; ARBAUGH et al., 2008). No entanto, em um ambiente educacional complexo nem sempre os cursos possuem definidas quais as estruturas filosóficas nem tipos de abordagem.

Segundo Akyol e Garrison (2009), em cursos com premissas construtivistas, os alunos desenvolvem soluções para problemas por meio de um discurso sustentado na investigação, tornando o aprendizado uma função de interação com outros estudantes. Enquanto que em cursos com premissas objetivistas, as verdades são consideradas absolutas e a aprendizagem é mais fortemente ponderada para a interação com o conteúdo científico (AKYOL, GARRISON, 2009). Nesse contexto, os docentes também possuem diferentes orientações sócio-epistemológicas que direcionam as abordagens das atividades aplicadas durante os cursos e, conseqüentemente, nas estratégias para o desenvolvimento da aprendizagem.

A partir do quadro teórico apresentado sobre educação corporativa e sobre o papel das escolas de governo no contexto da formação e capacitação do servidor público, pretende-se na pesquisa em andamento verificar como a Educação a Distância é incorporada as práticas pedagógicas das instituições governamentais sob a perspectiva da Comunidade de Inquirição, analisando as três dimensões propostas pela Col, sendo elas, a Presença Social, a Presença Cognitiva e a Presença de Ensino. A finalidade principal da investigação é contribuir com o avanço da área da Educação e na modalidade EaD.

Para tanto, a pesquisa intenciona a aplicação dos instrumentos aos gestores e equipe acadêmica das instituições participantes eleitas, além de verificar as possíveis conexões das práticas em EaD nos modelos de análise do Framework Col. Ainda serão realizadas pesquisas documentais sobre o funcionamento das escolas participantes, verificando quais as propostas utilizadas para os cursos em EaD.

6 REFERÊNCIAS

AKYOL, Z., GARRISON, D. R. **Community of inquiry in adult online learning**: Collaborative-

- constructivist approaches. In T. T. Kidd (Ed.), *Adult learning in the digital age: Perspectives on online technologies and outcomes* (Ch.VI). Hershey, PA: IGI Global. 2009.
- AMARAL, Helena Kerr. O desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira. **Revista do Serviço Público de Brasília**, v. 57, n. 4, pp. 549-563, 2006
- ARBAUGH, J.B., CLEVELAND-INNES, M., DIAZ, S. R., GARRISON, D. R., ICE, P.; RICHARDSON, J.; SWAN, K. P. Developing a community of inquiry instrument: Testing a measure of the Community of Inquiry framework using a multi-institutional sample. **The Internet and Higher Education**, n. 11, 133-136, 2008.
- BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. 115 p.
- BORGES, Martha Kaschny. **Educação e cibercultura**: perspectivas para a emergência de novos paradigmas educacionais. VALLEJO, Antonio Pantoja, ZWIEREWICZ, Marlene (org). Sociedade da informação, educação digital e inclusão. p, 53-86. Florianópolis: Insular, 2007.
- CABRAL, Pedro Barbos, AMANTE, Lucia. **O modelo da Comunidade de Inquirição**: Coordenação de Curso e Presença Social num Contexto de Aprendizagem Online. Anais do I Encontro Internacional TIC e Educação. Lisboa. 2010.
- DEWEY, J. **Experiência e educação**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- DRUCKER, Peter F. **Administrando em tempos de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ENAP. **A Rede Nacional de Escolas de Governo**. O que é, trajetória, propósitos e desafios para seu fortalecimento. 2013. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1297/1/rede_nacional_de_EG_01.pdf
- FERRAREZI, E.; TOMACHESKI, J. A. Mapeamento da oferta de capacitação de Escolas de Governo no Brasil: gestão da informação para fortalecimento da gestão pública. **Revista de Serviço Público de Brasília**, v. 6, n. 3, pp. 287-303, 2010.
- GARRISON, Donn Randy, ANDERSON, Terry; ARCHER, Walter. Critical inquiry in a text-based environment: Computer conferencing in higher education. **The Internet and Higher Education**, 2(2-3), 2000, p. 87-105.
- GARRISON, Donn Randy; ARBAUGH, J. Ben. **Researching the community of inquiry framework**: Review, issues, and future directions. *Internet and Higher Education* 10 (2007) 157-172. 2007. Disponível em: http://reinventnet.org/moodle/pluginfile.php/1196/mod_resource/content/3/COIreview.pdf. Acesso em: 19 set 2018.
- GARRISON, D. R. Communities of inquiry in online learning: Social, teaching and cognitive presence. In: AL., C. H. E. (Ed.). *Encyclopedia of distance and online learning*. Hershey, PA: IGI Global, 2009.
- GIL, A. C. *Como elaborar Projetos*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LOSSO, Claudia R. C. **Escolas de Governo**: capacitação e formação de servidores públicos na perspectiva da Comunidade de Inquirição – Col. Projeto de Tese. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2017.
- LOWENTHAL, P. R. The Evolution and Influence of Social Presence Theory on Online Learning. To appear in T. T. Kidd (Ed.), *Online education and adult learning: New frontiers for teaching practices* (pp. 124-139). Hershey, PA: IGI Global. 2009. Disponível em: http://www.patricklowenthal.com/publications/evolution_social_presence.pdf. Acesso em: 19 set 2018.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES JUNIOR, Euro. **Aprendizagem colaborativa na educação a distância**: características pessoais afetam a percepção do ambiente virtual de aprendizagem. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. 2015.

MILL, Daniel; OLIVEIRA, Márcia Rozenfeld Gomes de; RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. **Múltiplos enfoques sobre a polidocência na Educação a Distância virtual**. In: Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques. São Paulo: EdUFSCar, 2010, p. 13-22.

MOORE, Michael, KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

RICARDO, Eleonora Jorge. **Gestão da Educação Corporativa** – cases, reflexões e ações em educação a distância. São Paulo. Ed. Pearson, 2006.

Recebido em 14 de setembro de 2018

Aceito em 18 de fevereiro de 2019